# SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Concurso Público
Nível Superior

## Cargo 1:
## Analista Judiciário
## Área: Administrativa

Caderno de Provas

Aplicação: 28/11/2004

# MANHÃ

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

### Leia com atenção as instruções abaixo.

**1** Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1** a **120**, e a prova discursiva, seguida de uma página para rascunho.

**2** A página para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.

**3** Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.

**4** Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.

**5** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.

**6** Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.

**7** Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.

**8** A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a folha de texto definitivo.

**9** Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, em local indevido ou que tenha identificação fora do local apropriado.

**10** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe as suas folhas de respostas e de texto definitivo e deixe o local de provas.

**11** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

---

**AGENDA**

**I** **29/11/2004**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.

**II** **30/11** e **1.º/12/2004** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.

**III** **5/1/2005** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e locais mencionados no item I.

**IV** **6** e **7/1/2005** – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.

**V** **26/1/2005** – Resultado final da prova discursiva e resultado final do concurso: locais mencionados no item III.

**OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004 – STM, de 15/9/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Cata Prova
www.cataprova.webnode.com.br
cataprovas@gmail.com

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1** a **120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

# CONHECIMENTOS BÁSICOS

Estudos e o senso comum mostram que a carga genética exerce forte influência nas características pessoais às quais damos o nome de talento. Traços de personalidade, como temperamento afável ou agressivo, senso de organização e facilidade para lidar com questões abstratas — só para citar alguns — vêm, por assim dizer, impressos no DNA de cada um. Não por acaso, seis ganhadores do Prêmio Nobel são filhos de ganhadores do Prêmio Nobel. Músicos e especialmente pintores transferem parte dos dons para os filhos. É um erro, porém, tomar a herança genética como destino — tanto para o bem quanto para o mal. O talento embutido no código genético de cada indivíduo não emerge exceto em condições favoráveis.

Isso ocorre porque o talento genético é um componente da personalidade individual — mas não o único e, nem sempre, o maior. Ou seja, resta sempre um enorme espaço para que o talento seja desenvolvido por circunstâncias externas — uma educação escolar de qualidade, por exemplo.

**Veja**, 30/6/2004, p. 98 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito das idéias e das estruturas lingüísticas do texto acima.

1 A flexão de plural em "mostram" (ℓ.1) deve-se à concordância com o sujeito composto por dois termos; se qualquer um desses termos fosse retirado, o verbo deveria ir para o singular para que as regras de concordância da norma culta fossem respeitadas.

2 Preservam-se a correção gramatical e a coerência textual ao se substituir a preposição **em**, que rege "características pessoais" (ℓ.2), pela preposição **sobre**; mas, nesse caso, desfaz-se a contração e o artigo deverá ser escrito separadamente.

3 Por retomar "características pessoais" (ℓ.2), a expressão "às quais" (ℓ.3) admite, textualmente, ser substituída por **à que**, preservando a correção gramatical e a coerência textual.

4 Por estar subentendida a conjunção **que** introduzindo a oração subordinada iniciada por "seis ganhadores" (ℓ.7), sua inserção preservaria a correção sintática do período, além de tornar o texto mais claro e objetivo.

5 No desenvolvimento das idéias do texto, a oração iniciada por "O talento" (ℓ.11) constitui uma explicação para o período anterior; por isso, seria correto iniciá-la por uma conjunção explicativa como **pois** — com vírgula ou ponto final separando as orações — desde que fossem feitos os necessários ajustes nas letras maiúsculas e minúsculas.

6 O pronome "Isso" (ℓ.14) tem a função textual de articular as idéias do primeiro parágrafo com as do segundo, retomando especificamente o trecho que, nas linhas 7 e 8, se refere à herança genética dos ganhadores de Prêmio Nobel, pois esse exemplo resume as idéias do parágrafo.

7 De acordo com o desenvolvimento da textualidade, a inserção da preposição **por** antes de "uma educação" (ℓ.18) preservaria a correção gramatical e reforçaria a idéia de desenvolvimento do talento.

8 Depreende-se da argumentação do texto que um talento bem-sucedido tem, pelo menos, dois ingredientes: predisposição genética e condições externas favoráveis — inclusive uma educação escolar de qualidade.

Na Grécia antiga, a arrogância (*Hybris*) era o maior de todos os pecados, aquele que não tinha remissão. Os deuses não o perdoavam porque, para eles, escondia o mais nefasto dos desejos: o de se igualar aos próprios deuses. Para os gregos, era impensável a confusão de identidade entre o ser humano e os deuses. O homem era uma simples criatura escrava de uma força maior chamada Destino, uma criatura mortal, falível, cheia de contradições. Uma das funções dos deuses gregos — e dos deuses de qualquer outro panteão — é a manutenção do equilíbrio de forças todas as vezes que ele for rompido.

Por contrariar a ordem natural das coisas, a *Hybris* constitui um fator maior de desequilíbrio. Quando ela se desencadeia, sua ação põe em movimento uma reação igual e contrária denominada Nêmesis (princípio divino que pune o excesso de arrogância). Essa equação, moeda corrente no cotidiano dos gregos, era aplicada em todas as áreas da atividade humana naquela sociedade, e era em grande parte responsável pelo equilíbrio e pela harmonia, não apenas no sistema social, mas também da vida pessoal de cada indivíduo. Em outras palavras, os gregos sabiam que, em qualquer situação, ir além dos limites representava o risco certo de ser punido por Nêmesis.

**Planeta**, jan./2004, p. 19-20 (com adaptações).

A respeito das idéias e das estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens subseqüentes.

9 A forma verbal de terceira pessoa do singular "escondia" (ℓ.3) remete à idéia representada pelo pronome "o", antes de "perdoavam" (ℓ.3), que, por sua vez, remete ao pronome "aquele" (ℓ.2), que remete a "o maior de todos os pecados" (ℓ.1-2), em uma cadeia de elementos de coesão textual.

10 Por introduzir uma explicação, o sinal de dois-pontos à linha 4 admite a substituição pelo sinal de vírgula seguido de uma oração subordinada iniciada por **que era**.


É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Cata Prova
www.cataprova.webnode.com.br
cataprovas@gmail.com

11 Seriam preservadas a correção gramatical e as relações de sentido do texto, resultando em um parágrafo mais direto e objetivo, se a expressão verbal "Por contrariar" (ℓ.12) fosse substituída pela expressão nominal **Ao contrário**.

12 Depreende-se das idéias do texto que a relação entre *Hybris* e Nêmesis era tão comum, tão cotidiana, na cultura grega antiga que figurava até nas moedas de dinheiro corrente naquela sociedade.

13 Preservam-se a coerência textual e a relação semântica entre sujeito e agente da passiva, alterando-se a construção de voz passiva "ser punido por Nêmesis" (ℓ.23) por sua equivalente na voz ativa: Nêmesis o punir.

14 A tese central do texto trata do eterno conflito da mitologia grega — representado por *Hybris* e Nêmesis —, que são, respectivamente, os princípios divinos contrariando os princípios humanos.

Sucesso não é o objetivo final da vida: na verdade, é apenas o começo. Se a partir daí a trajetória pessoal não for muito bem gerenciada, o sucesso pode virar fracasso.

O sucesso cria situações novas com as quais as pessoas nem sempre estão preparadas para lidar. Alimenta ciúmes, inveja, ressentimentos. É preciso ter muito cuidado com ele.

O que é preciso fazer para gerenciar bem o sucesso:

- entender o sucesso como instrumento, não um fim em si mesmo;
- saber que o sucesso de hoje não garante o sucesso no futuro;
- reconhecer a participação dos outros na sua vitória;
- cercar-se de gente independente e de confiança, que tenha a coragem de dizer verdades, por mais dolorosas que sejam, e relatar os fatos sem distorções;
- não se afastar das fontes de sucesso; estar sempre em contato com clientes, fornecedores, comunidade, público, amigos, família, colaboradores.

**Ícaro Brasil**, ago./2004, p. 28 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das idéias no texto acima.

15 Do ponto de vista da construção textual, as expressões "objetivo final" (ℓ.1) e "começo" (ℓ.2) representam duas possibilidades de significado para sucesso.

16 Textualmente, o advérbio "daí" (ℓ.2) estabelece uma referência temporal para a obtenção do sucesso.

17 De acordo com a argumentação do texto, a idéia expressa pelo verbo "lidar" (ℓ.5) corresponde a **enfrentar**; por isso sua substituição por este último preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

18 Subentende-se das características de sucesso mostradas no texto que é "preciso ter muito cuidado com ele" (ℓ.6-7) porque, além de ser resultado de esforço permanente, o sucesso atrai sucesso e o indivíduo bem-sucedido deve-se cercar sempre de outras pessoas de sucesso.

19 O desenvolvimento das idéias e das estruturas lingüísticas do texto admite que a noção de hipótese expressa pelo modo verbal de "tenha" (ℓ.15) seja substituída por uma forma assertiva, declarativa, de indicativo **tem**.

20 Se o texto fizesse parte de um documento de redação oficial, como um relatório ou um ofício, por exemplo, os itens de enumeração deveriam ser alterados para redação sem enumeração, pois esse formato contraria as normas de redação dos padrões desses documentos.

José, sargento da Força Aérea Brasileira, abandonou seu posto de serviço e, armado com duas pistolas privativas das Forças Armadas, rumou em direção ao Gama – DF, onde tencionava matar a delegada de polícia de plantão na 14.ª Delegacia Policial (DP). Ao chegar à DP, por estar embriagado, entrou na contramão de direção, colidindo seu veículo com um veículo de transporte de passageiros (táxi), sem causar lesões em si mesmo ou no motorista do táxi. Ao ver o sargento armado, o motorista do táxi correu para a delegacia, pedindo socorro. Vieram em seu socorro dois policiais civis. Um postou-se à frente do veículo de José, e o outro solicitou-lhe apresentação de documentos. Ao aproximar-se do veículo, um dos policiais recebeu dois disparos de pistola, vindo a falecer em razão dos ferimentos. José foi preso em flagrante.

Com referência a essa situação hipotética e considerando a disciplina legal e constitucional dos órgãos da justiça militar da União, julgue os itens a seguir.

21 O STM, por meio de seu presidente e vice-presidente, é competente para o julgamento desse crime de homicídio, porque José é militar das Forças Armadas e o homicídio é um crime militar.

22 A Auditoria da 11.ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) é competente para julgar o crime de homicídio, porque José é militar das Forças Armadas.

23 O crime de abandono de posto praticado por José deve ser julgado pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria Militar da 11.ª CJM, por tratar-se de crime militar.

24 O crime de embriaguez em serviço deve ser julgado pelo juiz-auditor da Auditoria da 11.ª CJM ou, em sua falta, pelos presidentes dos Conselhos de Justiça.

25 O crime de homicídio, como o apresentado nessa situação, cometido contra vítima civil, não é da competência da justiça militar da União, porque não é considerado crime militar.

Maria foi aprovada em concurso público para o cargo de técnico judiciário. Nomeada, tomou posse dentro de 20 dias após a publicação do ato no órgão oficial e entrou em exercício no mesmo prazo, sendo designada para servir na Secretaria da Auditoria Militar da 11.ª CJM. Lá chegando, recebeu a incumbência de numerar e rubricar as folhas de autos e quaisquer peças neles juntadas, mas recusou o serviço, dizendo que tal atribuição era do diretor de secretaria e não dela. Em razão da desobediência ao cumprimento da ordem, o diretor de secretaria comunicou o fato ao juiz-auditor, que determinou a apuração dos fatos de acordo com o regime disciplinar estabelecido na legislação concernente ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.

Acerca dessa situação hipotética e considerando a legislação que trata dos serviços auxiliares da justiça militar da União, julgue os itens seguintes.

26 A recusa de Maria em cumprir a tarefa não constitui falta disciplinar, porque essa atribuição efetivamente é do diretor de secretaria.

27 Maria não está sujeita ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União porque é servidora da justiça militar, que possui regime jurídico próprio.

28 A atribuição para apurar a falta funcional de Maria é do juiz-auditor da auditoria em que ela está lotada e não da Auditoria de Correição.


É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Cata Prova
www.cataprova.webnode.com.br
cataprovas@gmail.com

Julgue os itens subseqüentes, relativos à organização da justiça militar da União.

29 Em tempos de paz, o território nacional é dividido em doze circunscrições judiciárias. Cada CJM corresponde a uma auditoria, exceto a primeira, a segunda, a terceira e a décima primeira. Nas auditorias militares, funcionam os conselhos de justiça, que são órgãos julgadores. Ao Conselho Especial de Justiça, formado pelo juiz-auditor e quatro juízes militares, cabe processar e julgar os oficiais, exceto os oficiais-generais, nos crimes militares. Ao Conselho Permanente de Justiça, constituído pelo juiz-auditor e quatro oficiais, cabe processar os acusados que não sejam oficiais nos crimes militares.

30 O STM é composto de quinze ministros vitalícios, nomeados pelo presidente da República, sendo dez militares e cinco civis, dos quais três são escolhidos entre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional, e os outros dois, escolhidos paritariamente entre juízes-auditores e membros do Ministério Público Militar.

31 Os juízes militares, em suas licenças, faltas e impedimentos, são substituídos pelos juízes-auditores substitutos, o mesmo acontecendo com os juízes-auditores.

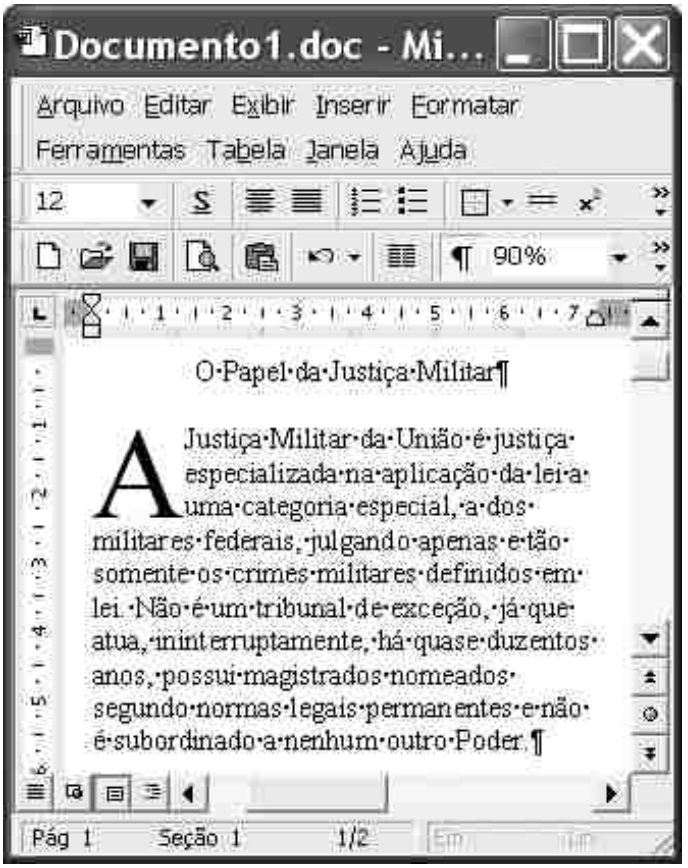
32 Aos magistrados da justiça militar da União se aplicam a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e a Lei Orgânica da Justiça Militar da União, sendo nomeados após a escolha do presidente da República, devendo tomar posse dentro de trinta dias contados da publicação oficial da nomeação e entrar em exercício em igual período, contado da posse.

Acerca do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos serviços auxiliares da justiça militar da União, julgue os itens que se seguem.

33 Os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública são servidores auxiliares da justiça militar da União, sendo regidos pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.

34 Os servidores da Secretaria do STM têm suas atribuições fixadas em ato do próprio tribunal e os oficiais de justiça avaliadores têm suas atribuições definidas em lei, cabendo-lhes, entre outras, fazer citações por mandados, lavrar autos e efetuar prisões.

35 As carreiras de auxiliar judiciário, técnico judiciário e analista judiciário compõem os quadros de pessoal do Poder Judiciário da União e do Distrito Federal e territórios, sendo a escolaridade o requisito para o ingresso em cada uma delas, o que se dá mediante concurso público de provas ou de provas e títulos e cujo desenvolvimento se faz por meio de progressão e promoção funcional.




A figura acima ilustra uma janela do Word 2000, que contém um documento em processo de edição. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir, acerca do Word 2000.

36 Com base nas informações contidas na janela, é correto concluir que, para se eliminar o espaço em branco existente entre o título do documento e o primeiro parágrafo mostrados, é suficiente clicar imediatamente antes da segunda ocorrência do termo "Justiça" e, a seguir, clicar o botão .

37 Sabendo que o título do documento está centralizado, então, caso se selecione o título e o parágrafo mostrados e, a seguir, se clique o botão , será inserida numeração no documento e o alinhamento do primeiro parágrafo será alterado para centralizado.

38 O efeito de formatação observado na primeira letra maiúscula do primeiro parágrafo do documento é obtido por meio de opção encontrada no *menu* Formatar.

39 Por meio de opções encontradas no *menu* Arquivo, é possível visualizar, em um navegador instalado no computador em uso, o documento em edição como uma página *web* e salvá-lo em um arquivo do tipo html.


É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
Cata Prova
www.cataprova.webnode.com.br
cataprovas@gmail.com

Considerando que um usuário pretenda adquirir um computador do tipo PC de forma que possa, em casa, realizar trabalhos escolares e acessar a Internet, e que, para se fazer tal aquisição, seja recomendável saber se as características do computador adquirido são adequadas para a realização dessas tarefas, julgue os itens seguintes, relativos a *hardware* de computadores do tipo PC.

40 Para que o usuário possa acessar a Internet por meio de uma rede *dial-up*, é necessário que seja instalado no computador um *modem* adequado.

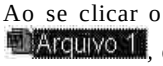
41 Para que o usuário possa digitalizar documentos, mantendo-os armazenados na memória do computador, será necessário que ele adquira uma placa de vídeo, que é um periférico que digitaliza documentos e envia ao computador os dados das imagens correspondentes a esses documentos.

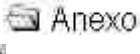
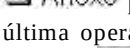
42 Caso o computador a ser adquirido possua uma unidade de disco de 3½", essa unidade permitirá o armazenamento, em cada disco de 3½", de uma quantidade de *bits* superior a 8 bilhões.

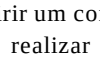
43 Caso o usuário deseje instalar uma impressora no computador, é necessário que esse computador possua uma forma de se comunicar com a impressora. Se a impressora utilizar comunicação por meio do padrão USB, é necessário que o computador disponha de porta USB.

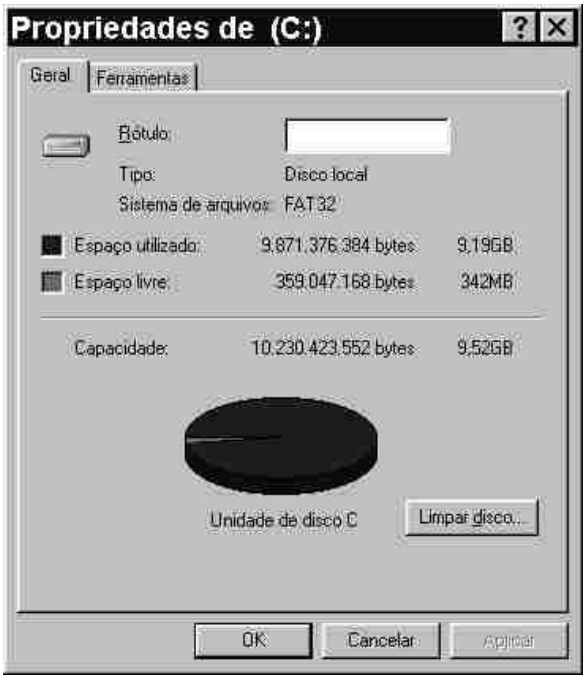



Considere que a janela do Windows Explorer ilustrada acima esteja sendo executada em um computador do tipo PC cujo sistema operacional é o Windows 98. A respeito dessa janela, do Windows 98 e do computador no qual a referida janela está sendo executada, julgue os itens a seguir.

44 Ao se clicar o botão , o arquivo associado ao ícone , que é do tipo Word, será enviado à área de trabalho do Windows 98.

45 Ao se clicar o botão , o arquivo associado ao ícone  será recortado, mas permanecerá na pasta referente ao ícone . Após essa operação, ao se clicar o botão  e, em seguida, o botão , o arquivo associado ao ícone  será transferido da pasta  para a pasta associada ao ícone . Essa última operação poderá, contudo, ser desfeita ao se clicar o botão .

46 Considere que, ao se clicar o ícone  e, em seguida, a partir de recursos acessíveis ao se clicar o botão direito do *mouse*, a janela mostrada a seguir seja exibida.




Nessa situação, é correto concluir que, caso se deseje copiar o conteúdo de um *compact disc* — CD-ROM — para a área de memória associada ao referido ícone, é possível que o computador não tenha recursos de memória disponíveis para que a operação seja realizada com sucesso.

Acerca de conceitos relacionados à Internet e ao correio eletrônico, julgue os itens seguintes.

47 Para que um computador possa conectar-se à Internet, é necessário que ele disponha de um endereço IP, que permite que informações solicitadas na rede a partir desse computador possam ser encaminhadas a ele. Em determinados tipos de conexão à Internet, é possível que a cada nova sessão de acesso um novo número IP seja atribuído ao computador.

48 No acesso a páginas da Web, quando a tecnologia http é utilizada, o *download* de informação é realizado por meio do protocolo Gopher, enquanto o *upload* de informações é realizado por meio do conjunto de protocolos Telnet.

49 Um *hyperlink* em uma página *web* pode estar associado ao URL (*uniform resource locator*) de determinado recurso disponível na Web, tais como uma outra página *web* ou um arquivo de dados. Para que um recurso disponível na Web seja acessado por meio de seu URL, é necessário o uso do sistema DNS (*domain name system*).

50 Na Internet, o protocolo SMTP (*simple mail transfer protocol*) é responsável pelo envio de mensagens de correio eletrônico que contenham de forma anexada arquivos de imagem. Caso uma mensagem de *e-mail* contenha apenas informação na forma textual, o protocolo utilizado para o seu envio do remetente ao destinatário da mensagem denomina-se POP (*post office protocol*).


É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Cata Prova
www.cataprova.webnode.com.br
cataprovas@gmail.com

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação aos princípios orçamentários fundamentais, julgue os itens a seguir.

51 São princípios orçamentários fundamentais: a legalidade, a periodicidade, a exclusividade, a unidade e a universalidade.

52 O princípio da universalidade funciona de forma integrada com o da unidade e determina que o orçamento deve abranger todo o universo das receitas a serem arrecadadas e das despesas a serem executadas pelo Estado.

53 O princípio da exclusividade determina que a lei do orçamento contenha qualquer matéria estranha à estimativa de receita e fixação de despesa, salvo nos casos especiais de estado de calamidade pública.

54 O princípio da legalidade dispõe que o orçamento deve ser objeto de uma lei resultante de processo legislativo completo. Isso não impede que o orçamento seja às vezes entendido como uma lei especial, ou lei apenas no sentido formal, já que o seu conteúdo guarda mais correlação com os atos administrativos que propriamente com preceitos legais.

55 A Lei n.º 4.320/1964 determina que a lei do orçamento obedecerá aos princípios da unidade, universalidade e bianualidade, compatibilizando a gestão orçamentária com as necessidades do plano plurianual.

Acerca da elaboração do processo do orçamento, julgue os seguintes itens.

56 O modelo orçamentário definido pela Constituição Federal de 1988 prevê a elaboração de dois instrumentos básicos: o plano plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

57 A LDO deve conter as regras, os limites e as prioridades para a execução da fatia anual do PPA a cada ano.

58 A iniciativa da proposição do projeto de lei orçamentária é privativa do ministro da Fazenda.

59 O processo orçamentário brasileiro vem sendo aperfeiçoado de forma gradativa ao longo dos anos, principalmente por intermédio das leis de diretrizes orçamentárias, que têm sido o instrumento legal para alterar a Lei n.º 4.320/1964, os decretos e as portarias da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

60 Segundo previsão contida na Lei n.º 4.320/1964, originalmente a proposta orçamentária deve ser composta de: mensagem; projeto de lei; tabelas explicativas e fundamentação para o modelo de classificação das receitas orçamentárias.

Julgue os itens subseqüentes, relativos à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

61 O objetivo da LRF está presente no seu art. 1.º e consiste em estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

62 Para efeito de transparência, a LRF considera somente os planos, os orçamentos e a LDO.

63 A LRF prevê que o chefe do Poder Executivo deve informar aos demais poderes e ao Ministério Público os estudos e as estimativas das receitas, com pelo menos três meses de antecedência do prazo das respectivas propostas orçamentárias.

64 A fiscalização e o cumprimento das normas da LRF é competência exclusiva do Ministério Público Federal.

Acerca da administração de materiais e de sua aplicação no setor público, julgue os itens seguintes.

65 Minimizar o capital total investido em estoques, sem provocar rupturas de descontinuidade no suprimento de itens, é um dos principais objetivos da administração de estoques e materiais.

66 No âmbito da administração pública, a aplicação de um sistema de classificação de materiais é facultativa.

67 A Portaria n.º 2.050/1992, em seu art. 2.º, define que os padrões descritivos de materiais a serem adotados nos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG) deverão, quando da sua elaboração, guardar estreita relação com a linguagem comercial predominante, a fim de viabilizar o acompanhamento sistemático das linhas de produtos em nível nacional.

68 Na administração pública federal, o Sistema de Cadastro de Fornecedores atende pela sigla SICAF.

Julgue os itens a seguir, referentes a compras no âmbito da administração pública e à Lei n.º 8.666/1993.

69 Subordinam-se aos preceitos da Lei n.º 8.666/1993, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal (DF) e pelos municípios, excetuando-se apenas as sociedades de economia mista.

70 São modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.

71 A inexigibilidade de licitação é o instrumento de contratação utilizado entre o poder público e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs).

72 Para efeito de habilitação em um processo licitatório, somente serão aceitos documentos originais, que deverão ser encaminhados em envelopes fechados e lacrados, os quais são devolvidos ao licitante ao final da sessão de habilitação.

73 O instrumento convocatório, edital ou convite, cristaliza a competência discricionária da administração, que se vincula a seus termos.

74 Independentemente da modalidade, em processos licitatórios públicos é sempre vedada a participação de consórcios de empresas, devendo cada licitante ser representado apenas por um procurador legal.

75 Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.


É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
Cata Prova
www.cataprova.webnode.com.br
cataprovas@gmail.com

A respeito dos contratos administrativos de que trata a Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens que seguem.

76 Aos contratos administrativos de que trata a referida lei não se aplicam, supletivamente, as disposições de direito privado.

77 No caso de dispensa de licitação cujos preços estejam compreendidos nos limites dessa modalidade, o contrato deve ser substituído pelo termo de dispensa de licitação devidamente fundamentado.

78 A administração pública, contrariamente ao que se verifica nos contratos privados, tem o poder de impor e executar sanções pelo inadimplemento contratual, assegurado o recurso do interessado ao Poder Judiciário.

79 Na hipótese de nulidade do contrato, fica a administração eximida do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que a nulidade foi declarada, visto que o instrumento de ajuste não é mais válido.

80 A execução de qualquer contrato no âmbito da administração pública deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante desta, especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo.

81 Somente o descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos constitui motivo suficiente para a rescisão de um contrato no âmbito da administração pública.

82 Existem apenas três modalidades de rescisão contratual: determinada por ato unilateral; amigável, por acordo entre as partes; e judicial, nos termos da legislação.

Acerca de administração de recursos humanos, julgue os itens subseqüentes.

83 O propósito da administração de recursos humanos é prover as organizações com uma força efetiva de trabalho.

84 São assuntos pertinentes à administração de recursos humanos: recrutamento, seleção, treinamento, políticas de remuneração e benefícios e avaliação de desempenho.

85 O objetivo da avaliação de desempenho é definir um padrão de desempenho, punindo os que não se ajustarem aos padrões especificados.

86 Os sistemas de avaliação de desempenho devem relacionar-se necessariamente ao cargo, ser práticos e usar medidas confiáveis.

87 A padronização de descrição de cargos consiste em ajustar diferentes comportamentos e estruturas organizacionais em no máximo 3 níveis hierárquicos.

88 Cargos amplos caracterizam as atribuições de cada subfunção existente na organização.

Julgue os seguintes itens, relativos a administração pública.

89 A década de 30 do século passado caracterizou-se por uma significativa centralização no nível político e econômico. Nesse período, assistiu-se ao fortalecimento do Estado intervencionista, cuja expansão se deu mediante três linhas de ação: criação de órgãos e departamentos formuladores de políticas públicas; expansão dos órgãos da administração direta; e expansão empresarial do Estado.

90 O foco das ações do governo Collor concentrou-se no projeto de centralização da gestão dos serviços públicos.

91 Cultura organizacional é o conjunto de idéias, normas e valores criados em decorrência da interação cotidiana dos diversos servidores, em suas trocas de experiências e em seu crescimento cultural e profissional.

92 Como técnica exclusiva da administração empresarial, a análise e a melhoria de processos não se aplicam aos objetivos dos sistemas de administração pública.

93 Qualidade total é o conjunto de idéias e ações que colocam a qualidade como ponto central das atividades de uma organização.

94 As técnicas de gestão da qualidade total, quando aplicadas ao setor público, têm como objetivos, entre outros: diminuir e(ou) otimizar os gastos do orçamento; oferecer um melhor serviço ao público, que é, em última instância, o cliente final; e conseguir e manter melhores funcionários.

Julgue os itens a seguir sob a ótica da administração pública.

95 Historicamente, a dominação racional-legal ou burocrática surgiu no século XIX como uma forma superior de dominação, legitimada pelo uso da lei, em contraposição ao poder tradicional (divino) e arbitrário.

96 Burocracia é um sistema social racional, ou um sistema social em que a divisão do trabalho é racionalmente realizada tendo em vista os fins visados.

97 Em relação às características básicas que traduzem o caráter racional da burocracia, é correto afirmar que esta é constituída por sistemas sociais formais, impessoais e dirigidos por administradores profissionais, que tendem a controlá-los cada vez mais completamente.

98 À luz dos novos preceitos de um Estado moderno e eficiente, entre as ações de modernização administrativa existe a busca pela otimização das ferramentas gerenciais no âmbito da administração pública, sendo a única exceção o desinteresse explícito dos órgãos oficiais pela melhoria dos sistemas de informação, pela transparência e pelas ferramentas de governo eletrônico.

99 A tendência do Estado na atualidade é concentrar esforços na centralização administrativa, incorporando funções produtivas mal atendidas pelo setor privado e, em última instância, interferindo diretamente na atividade econômica por meio de suas empresas públicas, fortalecendo o setor conhecido como de serviços não-exclusivos e produção de bens e serviços para o mercado.

100 O setor de atividades exclusivas é aquele em que são prestados serviços que apenas o Estado pode realizar. São serviços em que se exerce o poder extroverso do Estado — o poder de regulamentar, fiscalizar e fomentar.


É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Cata Prova
www.cataprova.webnode.com.br
cataprovas@gmail.com

Ademar Lopes inscreveu-se no concurso público para o cargo de analista ambiental, na especialidade de engenharia agronômica, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em julho de 2004, pagando uma taxa de inscrição de R$ 80,00. A prova foi realizada na primeira quinzena de setembro e, dias antes da proclamação do resultado, Ademar recebeu uma comunicação com aviso de recebimento informando que o concurso havia sido anulado. Ademar procurou a fundação que realizou o concurso e solicitou o reembolso da taxa de inscrição bem como das despesas relativas ao seu deslocamento para o Rio, uma vez que reside em Brasília.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os seguintes itens, acerca da Lei n.º 8.112/1990 e da responsabilidade civil do Estado.

101 Os gastos efetuados por Ademar por seu livre arbítrio, como seu deslocamento para o Rio de Janeiro para participar do concurso, são indenizáveis, segundo entendimento majoritário de tribunais competentes.

102 A administração pública tem o poder de anular seus próprios atos, o que não assegura ao candidato Ademar o ressarcimento do prejuízo decorrente da anulação referente à taxa de inscrição, segundo entendimento majoritário de tribunais competentes.

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu *habeas corpus*, com pedido de liminar, em favor de um jornalista profissional, residente em Belo Horizonte – MG, acusado de cometer ato de pedofilia em Porto Velho – RO. A acusação foi feita em novembro de 2003 pela mãe de uma adolescente e em nome de outras duas meninas.

A prisão preventiva foi realizada em janeiro de 2004, sob o argumento de que o jornalista teria uma personalidade violenta e poderia prejudicar a coleta de provas e de que, se ficasse solto, poderia voltar a cometer o mesmo crime.

Segundo a defesa, antes de ser preso, o acusado sofreu um derrame cerebral que o levou ao coma e que, por isso, ficou com parte do corpo paralisada. Salienta que ele está preso em uma cela com outras 28 pessoas, em péssimas condições de higiene e sem amparo médico.

Ainda segundo a defesa, a gravidade do crime de que o jornalista é acusado e a forma como supostamente foi cometido não são suficientes para demonstrar uma imaginada "periculosidade do agente", tal como consta do decreto de prisão.

Por esses motivos, pede liminarmente a soltura do acusado e, no mérito, que lhe seja garantido o direito de responder ao processo em liberdade.

Internet: <http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa>. Acesso em 26/10/2004 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens que se seguem, à luz dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

103 O STF poderá deferir o pedido de *habeas corpus* do jornalista, uma vez que a própria Constituição considera o crime de pedofilia, a prática da tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes como afiançáveis.

104 Sabendo que o jornalista é brasileiro nato, segundo a Constituição Federal, em nenhuma hipótese ele será extraditado.

105 A Constituição estabelece como garantia fundamental em favor do jornalista o respeito à sua integridade física e moral e o considerará culpado do crime cometido apenas após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

106 A Polícia Civil do Estado de Minas Gerais não poderá penetrar na casa do jornalista às 16 h de uma terça-feira, caso tenha determinação judicial.

107 Para os crimes hediondos, a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público terão ampla liberdade de investigação criminal ou instrução processual penal, não necessitando de ordem judicial para interceptação telefônica, segundo a Constituição.

A 11.ª Vara do Trabalho de Brasília – DF prolatou sentença em reclamação trabalhista proposta pela empregada doméstica Marta Silva contra o servidor público André Duarte, analista judiciário do STM, na qual foi reconhecido o vínculo de emprego entre as partes no período de 16/1/2003 a 30/7/2004, julgando-se procedentes os pedidos formulados na petição inicial.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens subseqüentes, relativos aos direitos sociais previstos na Constituição Federal.

108 Na qualidade de doméstica e com amparo na Constituição, Marta Silva teria, entre outros, o direito a 13.º salário, repouso semanal remunerado com preferência aos domingos, licença à gestante, sem prejuízo do emprego, e salário por um período de 120 dias.

109 Considerando que a rescisão do contrato de trabalho de Marta ocorra em 30/7/2005, e que a ação para garantir seus direitos seja proposta em agosto de 2005, é correto afirmar que, na qualidade de empregada doméstica, Marta poderia receber todos os seus direitos desde 16/1/2003, ou seja, dentro do prazo previsto na Constituição.

110 Para ingressar na justiça, Marta deverá seguir os ditames constitucionais e filiar-se obrigatoriamente ao sindicato que abrange a área de sua residência.

Roberval Silva, nascido em Montevidéu, Uruguai, é filho de mãe argentina e pai italiano, este naturalizado brasileiro em 1992. Roberval reside no Brasil há dez anos com seu pai, em Goiânia – GO, e não possui nenhuma condenação penal.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir, acerca da nacionalidade.

111 Caso Roberval apresente o pedido de requerimento de nacionalidade brasileira em dezembro de 2004, esse requerimento será indeferido por falta de amparo na Constituição.

112 Segundo a Constituição, Roberval será brasileiro nato se optar, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, por possuir residência ininterrupta e idoneidade moral.


É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Cata Prova
www.cataprova.webnode.com.br
cataprovas@gmail.com

À luz da organização político-administrativa prevista na Constituição Federal, julgue o item abaixo.

113 Ao vedar à União, aos estados, ao DF e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público, a Constituição aponta, segundo doutrina majoritária do direito constitucional, uma República Federativa leiga ou laica, destacando a separação entre Estado e Igreja, inexistindo religião oficial, apesar de o preâmbulo constitucional conter a expressão "sob a proteção de Deus".

No que tange às funções essenciais à justiça, em cada um dos itens seguintes é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

114 Adamastor recebeu, em agosto de 2003, notificação da Secretaria da Receita Federal, informando constar em sua declaração de imposto de renda referente ao exercício de 2002 um saldo a pagar à União no valor de R$ 12.700,00. Verificando que o pagamento não havia sido feito até o presente momento, a União achou por bem executar a quantia judicialmente. Nessa situação, segundo a Constituição Federal, o representante da União para o ajuizamento da ação de execução será a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

115 Moisés foi aprovado em concurso público de provas e títulos como membro do Ministério Público Militar (MPM) em agosto de 2000 e vem exercendo atualmente suas atividades na cidade do Rio de Janeiro. Nessa situação, no exercício de suas atribuições no MPM, Moisés poderá receber, em casos expressos em lei, honorários e custas processuais nos processos em que atuar.

Julgue o item subseqüente, relativo à Emenda Constitucional n.º 19/1998.

116 Segundo jurisprudência do STF, preceito constitucional que reconheça direito de greve ao servidor público civil constitui norma de eficácia limitada.

À luz dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e segundo a jurisprudência do STF, julgue o item seguinte.

117 A Constituição Federal assegura a concessão do mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Nesse sentido, na linha da jurisprudência do STF, é correto afirmar que essa Corte pode e tem competência para determinar que o Poder Legislativo legisle, apontando e recomendando a norma a ser complementada.

Julgue os itens a seguir, relativos à Constituição Federal e à Lei n.º 8.112/1990.

118 A garantia constitucional da reserva de vagas em concurso público para deficientes físicos não tem caráter absoluto e obrigatório, uma vez que o acesso é regulado quanto à compatibilidade das atribuições do cargo e às deficiências de que os candidatos são portadores.

119 Na linha do entendimento jurisprudencial do STF, medida provisória que regulamente contratação de pessoal por tempo determinado para cargos típicos de carreira relativos à área jurídica não poderá deixar de prever concurso público.

Acerca da Lei n.º 9.421/1996, que cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências, julgue o item que se segue.

120 À exceção das funções comissionadas, os cargos em comissão no âmbito dos tribunais superiores do trabalho e eleitoral poderão ser preenchidos por livre decisão dos seus respectivos ministros para comporem seus gabinetes, com a vedação expressa e exclusiva apenas de nomeação de cônjuge ou companheiro.

Cata Prova
www.cataprova.webnode.com.br
cataprovas@gmail.com


É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

# PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **cinco pontos** —, faça o que se pede, usando a página correspondente do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a folha de **TEXTO DEFINITIVO**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.

**ATENÇÃO!** Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não será avaliado** texto que contenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Que os homens e as mulheres são diferentes fisicamente é uma verdade inquestionável. Mas, além das diversidades anatômicas externas e características sexuais, os cientistas sabem também que existem outras diferenças sutis na maneira pela qual os cérebros dos homens e das mulheres processam a linguagem, as informações e as emoções.

**Correio Braziliense**, 16/5/2004, p. 16.

As áreas do cérebro podem ter sido desenvolvidas para permitir que cada sexo realizasse suas tarefas.

Renato Sabbatini, neurofisiologista (UNICAMP).

**Os modos femininos e masculinos de olhar o cotidiano e lidar com os conflitos são comandados pelo cérebro.**



**No cérebro**
Ele possui maior domínio do hemisfério cerebral **esquerdo**, relacionado, entre outros, à análise lógica do espaço e à criação de códigos, fundamentais para o raciocínio matemático.

**No cérebro**
Ela tem maior domínio do lado **direito** do cérebro e, por isso, presta mais atenção em tudo ao seu redor e desenvolve a memória para detalhes.



**Como Adão vê o mundo**

O predomínio do lado esquerdo da mente tem o seu preço. Como regula a atenção, o homem é mais propenso a sofrer alterações no funcionamento cerebral, como déficit de atenção ou retardo mental.

O cérebro masculino é mais racional, menos emocional. Não tem válvula de escape no choro. E ele nem sempre possui capacidade emocional para superar o alto grau de cobrança da sociedade. Por isso, é mais propenso ao uso de bebidas alcoólicas e drogas.

A mente masculina sintetiza mais serotonina para os neurônios produtores de endorfinas, que funcionam como analgésicos, regulando o sistema da dor.

**Como a Eva vê o mundo**

As funções de linguagem estão distribuídas nos dois lados do cérebro dela. No do homem, concentram-se na lateral do lado esquerdo. Ela aprende a falar mais cedo, fala mais e comete menos erros de linguagem. Ele gagueja mais. Em casos de acidentes com lesão cerebral, ela tem menos déficit de linguagem e se recupera melhor.

Ela nem sempre mente quando diz estar com dor de cabeça. O cérebro também regula a produção de hormônios e as flutuações mensais de estrógeno tornam as mulheres vítimas das enxaquecas.

O maior domínio do lado direito do cérebro desenvolve a linguagem emocional. Isso explica as crises de choro e as de riso, também.

A função cerebral feminina produz menor quantidade de serotonina — neurotransmissor responsável pelo bem-estar. Por isso, ela tem mais depressão e outros distúrbios de personalidade.

Como tudo é emoção no lado direito, ela apresenta menor equilíbrio emocional e tem menos vergonha de expor as suas fragilidades, de pedir ajuda. Por isso, faz mais tentativas de suicídios.

**Correio Braziliense**, 16/5/2004.

Considerando que as informações dos textos da prova objetiva de conhecimentos básicos e do texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se a respeito do seguinte tema:

O DESEMPENHO PROFISSIONAL DE ADÃO E EVA CONTEMPORÂNEOS CONFIRMA A PREDOMINÂNCIA DOS FATORES GENÉTICOS SOBRE OS PADRÕES CULTURAIS.


É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
Cata Prova
www.cataprova.webnode.com.br
cataprovas@gmail.com

# RASCUNHO

| | |
|---|---|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

Cata Prova
www.cataprova.webnode.com.br
cataprovas@gmail.com


É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Cata Prova
www.cataprova.webnode.com.br
cataprovas@gmail.com

Universidade de Brasília (UnB)